

CMO aprova cinco relatórios e amplia verbas para a saúde

Comissão votou ontem mais quatro pareceres setoriais e hoje pretende concluir o trabalho. Avaliação para a saúde, feita pelo senador Flexa Ribeiro, recebeu 31 pedidos de destaque, que serão discutidos a partir das 9h

Waldemir Barreto/Senado Federal



Metade dos dez relatórios setoriais da proposta de lei orçamentária para 2011 já foi votada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que pretende concluir hoje as demais votações, em reuniões a partir das 9h.

Foram aprovados ontem os relatórios para as áreas

de saúde (que ainda discute 31 destaques hoje), com aumento de recursos em relação à proposta original; justiça e defesa; trabalho, previdência e assistência social; e planejamento e desenvolvimento urbano. A meta é votar o Orçamento no Plenário do Congresso até o dia 22. **5**

Senador Flexa Ribeiro (E), ao lado do presidente da CMO, deputado Waldemir Moka: relatório do setor de saúde destina mais verbas do que o previsto na proposta original do Executivo

Moreira Mariz/Senado Federal



Criação de novo órgão no Ministério da Defesa volta à Câmara

Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, criado por meio de medida provisória, foi aprovado ontem pelo Plenário, com mudanças. **2**

Senadores Heráclito Fortes (E), Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Romero Jucá, Valdir Raupp e ACM Júnior: líderes partidários apoiaram mudanças, aceitas por Jucá, relator e líder do governo

CAS garante 13º salário para "soldados da borracha" **6**

Quadrilhas deverão ser julgadas por colegiado **3**

Pessoa com deficiência ainda espera por direitos

Pesquisa divulgada pelo DataSenado mostrou que 57% das pessoas com deficiência acham que sua vida melhorou, mas 77% reclamam que seus direitos ainda não são respeitados no país. **8**



Grupo Eu Danço apresentou ontem o espetáculo *Cabrocha*, como parte da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado

Jonas Pereira/Senado Federal

Novo órgão das Forças Armadas mudou a estrutura e as competências do Ministério da Defesa. Relator acatou manutenção de benefício ao cinema

Criação do Estado-Maior Conjunto volta à Câmara

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP 499/10) que alterou as áreas de competência do Ministério da Defesa e acrescentou à estrutura básica dessa instituição o órgão do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas foi aprovada ontem pelo Senado como projeto de lei de conversão (PLV 16/10). Para tanto, a MP transformou 61 funções comissionadas em três outros cargos: um de natureza especial de chefe do Estado-Maior Con-

junto das Forças Armadas, com remuneração de R\$ 11.431, e dois cargos em comissão DAS-6. O projeto volta à Câmara. A MP trancava a pauta do Plenário.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou diversas emendas. Uma delas trata da renovação de incentivos à indústria cinematográfica. Outra prorroga até 2015 a cobrança do PIS-Cofins para empresas da construção civil. Há também emendas que concedem be-

nefícios fiscais às indústrias da reciclagem e da aviação.

Antes da votação, Jucá decidiu retirar de seu relatório emendas que tratavam da instituição do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear) e de autorização à Eletrobras para constituir subsidiárias integrais visando a exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização.

As mudanças na estrutura do Ministério da Defesa decorrem das diretrizes estabelecidas pela política de estratégia de defesa nacional, segundo os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e do Planejamento, Paulo Bernardo.

O cargo de chefe do Estado-Maior é previsto na Lei Complementar 136/10, que reformulou as atribuições do Ministério da Defesa. O Estado-Maior conjunto, que dá assessoramento permanente à pasta, foi criado

para integrar de forma mais eficiente as ações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Os dois cargos DAS-6 criados serão ocupados para comandar duas novas secretarias: a de Produtos de Defesa e a de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

A MP também instituiu gratificação para servidores em cargo de confiança na Presidência da República e no Ministério da Defesa. As gratificações vão de R\$ 843,60 a R\$ 1.358,75.

Jereissati se despede do Senado fazendo balanço de sua atuação

Tasso Jereissati (PSDB-CE) fez ontem um discurso para se despedir do Senado e, conforme afirmou, prestar contas de compromissos por ele assumidos quando de sua posse, em 2003.

O senador citou projetos que apresentou durante seu mandato e lembrou posições que assumiu em diversas votações.

Jereissati fez também críticas ao governo Lula e ao PT ao lembrar "escândalos envolvendo os ministros da Casa Civil, José Dirceu e Erenice Guerra". O senador ainda acusou o PT de desacreditar as comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

– Nada de relevante pode ser levantado pela CPI da Petrobras e pela CPI das ONGs, diante da ação de relatores submissos e da articulação do bloco de apoio ao governo – disse.

Na avaliação de Jereissati, o presidente Lula, devido a sua

grande popularidade, poderia ter feito importantes reformas, como a política, a tributária e a trabalhista.

– Lula nos decepcionou como político, como liderança comprometida com a ética e a honestidade, como símbolo da mudança nas relações do governo com a sociedade e do Executivo com os demais Poderes e, principalmente, como esperança de algo realmente novo na vida nacional.

Projetos

Entre os projetos de sua autoria, o senador destacou os que trataram da correção do FGTS; do combate ao trabalho escravo; da tipificação da venda de bebidas alcoólicas para menores como crime; do aumento das penas nos crimes relacionados ao tráfico de drogas em escolas e universidades; da proibição da venda de bebidas alcoólicas nas



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Jereissati lembrou posições que assumiu em diversas votações

estradas; e da priorização, pela Caixa Econômica Federal, da aplicação de recursos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Apartes

Jereissati recebeu apartes de 33 senadores, que ressaltaram o papel que ele desempenhou no Senado e nos seus dois governos no Ceará, de 1987 a 1991 e de 1995 a 2002. Os senadores da oposição pediram para Jereissati não abandonar a vida pública e continuar a exercendo papel proeminente dentro do PSDB.

Paim elogia substitutivo de ACM Júnior ao seu projeto



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou ontem o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) pelo parecer sobre o seu projeto de lei (PLS 61/07) que torna legal o chamado contrato de gaveta feito entre quem era mutuário do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e um cidadão que queria comprar o imóvel. No último dia 30 de novembro, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o substitutivo de Antonio Carlos Junior, que reuniu em apenas um texto as medidas previstas no projeto de Paulo Paim e em outro oriundo da Câmara dos Deputados (PLC 57/07), que tramitavam em conjunto.

Cavalcanti quer mais controle sobre cartões

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) cobrou maior fiscalização para as empresas de cartão de crédito. Ele pediu ontem ao futuro presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, que defina os limites e as possibilidades do poder de autorização, fiscalização e regulamentação do BC sobre a indústria de cartão de crédito, de forma a promover a competição e a concorrência.

O parlamentar afirmou que repetia em Plenário o que pediu a Tombini na sabatina do atual diretor do BC, realizada terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A atual regulação do setor, para o senador, é frágil e permite que as empresas de cartão de crédito tenham "vantagens descabidas".

Suplicy registra os sete anos do Bolsa Família

O programa Bolsa Família fez sete anos, comemorados ontem pelo presidente Lula e pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes. O destaque foi feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), segundo o qual Lula fez uma retrospectiva do programa e referiu-se a governos anteriores, que preferiam "tratar os pobres como dados estatísticos e governar para uma parte da sociedade deixando a outra para a natureza tomar conta".

Suplicy disse ainda que Lula aposta nos recursos da exploração do petróleo na camada pré-sal para reduzir ainda mais a pobreza no Brasil.



Eduardo Suplicy

Valadares exalta senadores em fim de mandato

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou ontem vários senadores cujos mandatos terminam em 31 de janeiro de 2011, especialmente os colegas Mão Santa (PSC-PI), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Osmar Dias (PDT-PR), Augusto Botelho (sem partido-RR), Papaléo Paes (PSDB-AP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e João Tenório (PSDB-AL).

– Acredito que o Senado, nesta legislatura, cumpriu um papel importante, um papel republicano – afirmou.

O senador registrou também a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de empréstimo de R\$ 52 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento para Aracaju.

Dilma Rousseff anuncia mais dez ministros. Quatro são senadores

Mais dez ministros foram anunciados ontem pela presidente eleita, Dilma Rousseff. Quatro deles são senadores: Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que vai para o Ministério da Previdência; Edison Lobão (PMDB-MA), para o Ministério de Minas e Energia; Ideli Salvatti (PT-SC), que deverá ocupar a Secretaria Especial da Pesca; e Alfredo Nascimento (PR-AM), que já foi ministro dos Transportes e deve voltar à pasta. Eles se juntam a Aloizio Mercadante (PT-SP), já confirmado como ministro da Ciência e Tecnologia.

Também foram anunciados

os nomes da deputada Maria do Rosário, para a Secretaria Especial de Direitos Humanos; do atual ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para o Ministério das Comunicações; do ex-governador do Rio de Janeiro Moreira Franco para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com status de ministério; do deputado federal Pedro Novais, para o Turismo; e da ex-diretora de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) Helena Chagas, que vai ocupar a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão ordinária

14h A sessão é deliberativa. Entre os itens da pauta, projeto de emenda à Constituição que inclui a Caatinga como patrimônio nacional.

Presidência Reunião da mesa e ordem do dia

11h O senador José Sarney participa de reunião da Mesa diretora. Às 12h30, recebe o diretor-presidente do Serpro, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, para o ato de certificação de assinatura digital. Às 16h, preside a ordem do dia.

Fórum Direitos das pessoas com deficiência

9h Realização do 6º Fórum Senado Debate Brasil, com o tema "Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência nos planos nacional e internacional".

CCJ Propaganda de alimentos e bebidas

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania debate proposta (PEC 73/07) que inclui alimentos e bebidas na lista de produtos cuja propaganda comercial está sujeita a restrições legais.

CRE Análise de futuros embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sabatina dois indicados para as embaixadas na Hungria e em Dominica.

Congresso Sessão solene pelo Dia do Marinheiro

10h O Congresso realiza sessão solene, no Plenário da Câmara, para comemorar o Dia do Marinheiro.

CMO Últimos relatórios setoriais em votação

10h/14h/16h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para votação dos relatórios setoriais do Orçamento para 2011.

Valorização Encerramento da 6ª Semana do Senado

15h Apresentações artísticas e palestras, como parte da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Novo CPC deve ser votado na próxima semana

Na presidência da sessão plenária de ontem, Augusto Botelho (sem partido-RR) informou que o Projeto de Lei do Senado 166/10, que reforma o Código de Processo Civil, será apreciado no Plenário em sessões extraordinárias que acontecerão na terça-feira, às 11h, e na quarta-feira, às 11h e às 19h.

No dia 1º, os membros da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil aprovaram, em votação simbólica, o parecer apresentado pelo relator, Valter Pereira (PMDB-MS), na forma de um substitutivo ao projeto. O texto de Valter Pereira para o novo CPC tem 1.008 artigos.

O principal objetivo das mudanças no atual CPC, em vigor desde 1973, é reduzir a morosidade na tramitação das ações na Justiça. Para isso, o substitutivo mantém dispositivos do anteprojeto preparado por uma comissão especial de juristas, com objetivo de simplificar os processos e reduzir a possibilidade de recursos.

Mozarildo pede reforma ampla do sistema jurídico

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem uma "ampla reforma de todo o arcabouço da Justiça", lembrando que boa parte das leis vigentes estão defasadas. Para ele, o país tem no momento uma grande oportunidade para transformar o ordenamento jurídico, pela grande mobilização da sociedade nesse sentido.

– O país está maduro para dar esse salto definitivo em direção da modernidade e do fortalecimento da democracia. O sistema judicial precisa acompanhar essas transformações [econômicas e sociais] e, para isso, não pode mais ficar atrelado ao passado – disse.

Entre os desafios que a Justiça brasileira precisa enfrentar para se modernizar, na opinião de Mozarildo, estão a ampliação do serviço prestado pelas defensorias públicas, que hoje atendem apenas um milhão de pessoas para uma demanda de 130 milhões, e a agilização do julgamento de ações, através do aumento do número de varas e da contratação de novos magistrados e servidores pelo Judiciário.



Justiça deve acompanhar evolução econômica e social, diz Mozarildo

Os julgamentos de criminosos, em primeira instância, hoje são feitos por um juiz apenas, o que expõe o magistrado a retaliação por parte das organizações criminosas. O presidente da CCJ, Demóstenes Torres, vê avanço na medida

Projeto dá maior proteção a juízes no julgamento do crime organizado

CRIMES PRATICADOS POR integrantes de organizações criminosas poderão ser julgados, em primeira instância, por um colegiado. Atualmente, esses julgamentos são feitos por um único juiz. A medida está prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 3/10) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A intenção é reduzir a personalização dos processos e os riscos de pressões ou retaliações contra o juiz individual. A proposta foi sugerida pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

O texto aprovado pela CCJ é um substitutivo à proposta da Câmara apresentado pelo relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), e vai agora ao Plenário.

Mercadante observa que a proposta é semelhante à adotada na Itália, para coibir ações criminosas da Máfia contra o Estado. O mesmo sistema foi

implantado na Colômbia, para evitar que os juízes tivessem suas identidades reveladas. Apesar de a iniciativa não ter impedido a ação das organizações criminosas, o relator diz que a medida contribuiu para ampliar a segurança dos magistrados.

A adoção do sistema, argumenta o relator, não viola a Constituição, que impõe a necessidade de predeterminação do juiz, tanto para o processo quanto para o julgamento, proibindo a designação de tribunais. Mercadante lembra que a proposta não dispõe sobre o anonimato dos juízes, o que configuraria a instituição do "juiz sem rosto", e afrontaria princípio constitucional.

Prerrogativa

A instauração do colegiado previsto no projeto é uma prerrogativa do magistrado e será exercida quando houver risco

para sua integridade física. O colegiado será formado pelo juiz do processo e por dois outros juízes da área criminal em exercício no primeiro grau de jurisdição, escolhidos por sorteio eletrônico.

A proposta estabelece que o colegiado poderá ser instituído para qualquer ato processual, principalmente para a decretação de prisão; concessão de liberdade provisória ou revogação de prisão; sentença; progressão ou regressão de regime de cumprimento de pena; concessão de liberdade condicional; transferência de preso para estabelecimento de segurança máxima; e inclusão de preso no regime disciplinar diferenciado. As reuniões poderão ser sigilosas se houver risco e também poderão ser realizadas por via eletrônica, nos casos em que os juízes integrantes do colegiado residam em cidades

diferentes.

O projeto define organização criminosa como a associação de três ou mais pessoas caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter vantagem de qualquer natureza mediante a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos ou que sejam de caráter transnacional.

A proposta também prevê a alienação antecipada de bens sempre que houver risco de morte ou deterioração, ou para a preservação do valor do bem apreendido. Essa possibilidade é estendida aos demais crimes e não somente aos cometidos por organização criminosa.

– Considero esse projeto um avanço para aqueles que lutam contra o crime organizado no Brasil – disse o presidente da CCJ, Demóstenes Torres (DEM-GO).



Demóstenes Torres (E) vê avanço no combate ao crime organizado: para Aloizio Mercadante, relator, proposta cria sistema semelhante ao da Itália e da Colômbia

Processo criminal contra governadores

Proposta de emenda constitucional que dispensa a autorização prévia das assembleias legislativas para abertura de processo criminal contra governadores dos estados e do Distrito Federal foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta, que recebeu duas emendas do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), será enviada ao Plenário.

De autoria de Demóstenes Torres (DEM-GO), a PEC 6/10 facilita a instauração de processo contra chefes dos executivos

estaduais. Além de retirar a necessidade de autorização prévia das assembleias, determina que, na hipótese de abertura de processo, o afastamento do governador do cargo não deve ser automático, como ocorre atualmente. Para isso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) terá que expedir uma decisão específica.

Segundo Demóstenes, o objetivo da proposta é conferir liberdade ao Judiciário para processar e julgar governadores independentemente de licença

prévia das assembleias.

– A eventual facilitação da abertura do processo criminal, afastando, nesse caso, o juízo político de sua admissibilidade, não implicará necessariamente o ônus do afastamento do governador do exercício de seu cargo – observou. Demóstenes elogiou as alterações feitas por Tasso Jereissati, segundo o qual a proposta pode ajudar a combater a impunidade ao buscar reduzir a influência dos governadores nos legislativos estaduais.

CCJ amplia alcance da Justiça do Trabalho

O julgamento de ações relativas a contratações por tempo determinado pela administração pública pode ser incluído entre as competências da Justiça do Trabalho, de acordo com proposta (PEC 10/10) aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A PEC, de Papaléo Paes (PSDB-AP), teve parecer favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO). Segundo Papaléo, sua intenção foi acabar com divergências quanto à competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar esses casos, que incluem as contratações para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Essa controvérsia chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2005, reconheceu como atribuição da Justiça do Trabalho decidir sobre quaisquer direitos e vantagens decorrentes de vínculo de natureza trabalhista.

Benjamin Zymler é empossado presidente do TCU

O ministro Benjamin Zymler tomou posse ontem como presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) em substituição a Ubiratan Aguiar. O ministro Augusto Nardes assumiu a vice-presidência, ocupada antes por Zymler, que também era ministro-corregedor do tribunal.

Em seu discurso, Zymler disse que as auditorias de obras públicas firmaram-se como marcas do TCU, mas afirmou que novos passos devem ser dados

visando ao aperfeiçoamento do trabalho.

– Impõe-se a esse tribunal a atribuição adicional de interagir com o Congresso Nacional de forma a buscar a sedimentação legislativa desse processo de fiscalização – afirmou.

O novo presidente do TCU também defendeu a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas para fortalecer o controle externo.

O senador Cícero Lucena

(PSDB-PB) registrou em Plenário sua participação na cerimônia de posse.

Benjamin Zymler, engenheiro e advogado, ingressou no TCU por concurso público em 1992, como analista de finanças e controle externo. Em 1998, foi aprovado para ministro-substituto e desde 2001 é ministro. Zymler ocupará o cargo de presidente durante o ano de 2011, podendo ser reeleito para mais um ano.

Requerimento de Dornelles convidando presidente de agência a prestar esclarecimentos sobre política de céu aberto é aprovado pela CRE

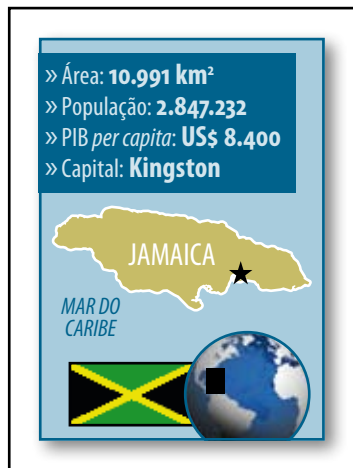
Comissão quer ouvir Anac sobre acordo com os EUA

A PRESIDENTE DA Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira, será convidada a prestar esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a respeito do acordo de "céu aberto" assinado pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos. O acordo permite a liberação total do mercado de aviação entre os dois países a partir de 2015.

A convocação foi requerida por Francisco Dornelles (PP-RJ). O senador ressaltou a necessidade de participação do Legislativo no debate sobre o tema.

– Tenho o pior conceito da atual administração da Anac, onde existe anarquia, despreparo e improvisado – sustentou.

Dornelles recebeu o apoio do presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que lembrou a longa negociação de acordos semelhantes entre países da América do Norte e da



Fonte: CIA World Factbook

Europa. Para Azeredo, o acordo firmado pelo Brasil poderá colocar em dificuldade empresas nacionais que operam voos em direção aos Estados Unidos.

Representante

A comissão também aprovou a indicação de Jorge d'Escragnolle Taunay para o cargo de repre-

sentante permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), no Canadá. Ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), a entidade tem entre seus principais objetivos o fomento à segurança de voo, a proteção ao meio ambiente e a eficiência de operações aéreas.

Em seu depoimento à comissão, Taunay – cuja indicação foi relatada por Dornelles – disse que até 2030 o número de passageiros deverá subir dos atuais 2,3 bilhões para 5 bilhões anuais. Por isso, observou, em todo o mundo deverão ser feitos grandes investimentos em aviões, aeroportos e controle de tráfego aéreo.

A comissão acolheu ainda a indicação de Antonio Francisco da Costa e Silva Neto para o cargo de embaixador brasileiro na Jamaica. O relator foi João Tenório (PSDB-AL).



Relator, Geraldo Mesquita Júnior (E) acha acordo uma "iniciativa louvável"

CRE avaliza tratado comercial entre Mercosul e sul da África

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu, na sigla em inglês), que fixa tarifas diferenciadas como primeiro passo para a criação de uma área de livre comércio entre eles.

Segundo explicações do Ministério das Relações Exteriores, o acordo deverá facilitar o acesso aos mercados dos dois grupos regionais, aumentando não apenas o fluxo de mercadorias, mas também as oportunidades de investimentos.

A opção por um acordo de preferências tarifárias, ainda de acordo com o Itamaraty, envolve um processo gradativo de liberalização comercial entre o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e a Sacu, formada por África do

Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

– A iniciativa é louvável, pois o Mercosul precisa se abrir para as relações de comércio com países e blocos de países mundo afora – disse o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 628/10, que ainda será apreciado pelo Plenário.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) foi o relator do PDS 626/10, que aprova acordo de cooperação em defesa com a Itália, também aprovado pela comissão. Foi ainda votado o PDS 627/10, que aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado pelo Brasil em maio de 2008, relatado também por Azeredo, presidente da Comissão de Relações Exteriores.



Antonio Francisco da Costa e Silva Neto (E), Eduardo Azeredo e Jorge d'Escragnolle Taunay Filho em reunião da CRE

CCJ aprova solução de impasse entre Aerus e União

A situação dos beneficiários do fundo de pensão Instituto Aerus de Seguridade Social, que estão sem receber aposentadorias e pensões em razão da quebra de empresas aéreas, pode ser resolvida. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou texto do senador Flávio Arns (PSDB-PR) – substitutivo a projeto de Paulo Paim (PT-RS) – que autoriza empresas em falência a priorizar o pagamento de aposentadorias e pensões relativas a planos de benefício

de entidades fechadas de previdência complementar quando receberem créditos por ações ajuizadas contra a União.

A proposta autoriza a Advocacia-Geral da União, a Superintendência de Previdência Complementar (Previc), as empresas aéreas e o Instituto Aerus a negociarem aspectos jurídicos e judiciais. Também cria um fundo – a ser mantido por contribuições de entidades participantes com parte da arrecadação da Taxa de Fiscalização e Controle da Previ-

dência Complementar e multas aplicadas pela Previc – para complementar benefícios aos assistidos de fundos de pensão.

O projeto, relatado por Alvaro Dias (PSDB-PR), ainda prevê negociação da União com entidades de classe, e não diretamente com os assistidos de fundos de pensão, como propunha o texto de Paim (PLS 147/10). O projeto segue para as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), na qual receberá decisão terminativa.

Mão Santa denuncia manobra no Parlasul

O senador Mão Santa (PSC-PI) defendeu o Legislativo como instrumento indispensável ao sistema democrático e lamentou a fraqueza do Parlamento do Mercosul. Para ele, esta fraqueza se deve à falta de cuidado do Brasil.

Mão Santa leu discurso do deputado Eugênio Rabelo (PP-CE) em que este acusa os atuais representantes brasileiros no Parlasul de defenderem a prorrogação dos mandatos e, além disso, a eleição apenas de deputados e senadores para aquele parlamento e não de cidadãos comuns.



Mão Santa sugere criação de CPI para investigar as denúncias

Segundo o deputado, um sindicalista argentino denunciou que os representantes brasileiros estariam atuando em conjunto com o governo norte-americano para impedir a realização da eleição para aquele parlamento.

BNDES poderá prestar contas de empréstimos ao Senado

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá ter de repassar ao Senado detalhes sobre operações de financiamento, socorro e participação acionária em empresas nos últimos seis anos.

A CCJ aprovou ontem relatório do senador Jayme Campos (DEM-MT) sobre requerimento de informações (RQS 485/10) apresentado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). O senador quer saber a relação de empresas beneficiadas em operações

de valor igual ou superior a R\$ 100 milhões no período. Seu interesse se volta ainda para as empresas que passaram a contar com participação acionária do BNDES.

Em cada caso, pede que sejam explicitadas as razões que motivaram o uso de recursos da instituição e que se incluía, quando possível, uma avaliação sobre o negócio realizado.

O argumento de que as operações de um banco público precisam ser fiscalizadas pelo Senado convenceu Jayme Campos.

Senado acolhe empréstimo de R\$ 52 mi para Aracaju



Inácio Arruda (D) apoia empréstimo que beneficia Sergipe, estado de Valadares

O Plenário do Senado aprovou ontem à noite empréstimo de R\$ 52 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para Aracaju. Também ontem a matéria havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto recebeu voto favorável do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE). Segundo ele, os recursos serão destinados ao Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju, no âmbito do programa Procidades, do BID.

Por meio da iniciativa, o banco investe integralmente em infraestrutura, transportes, saneamento, desenvolvimento social e gestão ambiental.



Ideli Salvatti reuniu-se ontem com o ministro Paulo Bernardo e Miriam Belchior

Ideli quer aprovar Orçamento de 2011 até o próximo dia 22

A nova relatora-geral do Orçamento da União para 2011, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), disse que pretende manter o cronograma e assegurar a votação da Lei Orçamentária pelo Plenário do Congresso Nacional no dia 22. Os dez relatórios setoriais precisam ser aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) até amanhã.

Na semana que vem, afirmou, deverão ser feitos os "ajustes dos cortes", para que ela possa apresentar seu relatório final. Ontem, a senadora reuniu-se com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e com a futura responsável pela pasta, Miriam Belchior, "para tomar pé dos números" e definir os remanejamentos necessários em função da redução em R\$ 12 bilhões na arrecadação federal, que teria sido inflada erroneamente no projeto do governo.

Ideli disse acreditar que contará com o apoio das lideranças partidárias para a aprovação do

Orçamento de 2011.

– Há um clima bom, de entendimento, entre a bancada do governo e a da oposição.

Em relação à renúncia de Gim Argello (PTB-DF), Ideli afirmou que "isso permite que os trabalhos andem e as investigações possam fluir".

A senadora disse ainda que o "clima de entendimento" entre as bancadas poderá contribuir para os cortes, "e são muitos", mas eles só deverão ser dimensionados após a votação dos dez relatórios setoriais.

Sobre a possibilidade de esses relatórios conterem emendas destinando recursos públicos a empresas de fachada, Ideli lembrou que, em 2010, o Congresso aprovou norma determinando que toda verba destinada a evento cultural ou turístico deverá ser aprovada pelo ministério da área.

– Nada de aprovar recursos no Orçamento para evento cultural ou festa – avisou.

Sarney: troca rápida de relator deve garantir votação este ano

A rápida mudança do relator-geral do Orçamento de 2011 teve como objetivo garantir a aprovação da lei orçamentária ainda este ano, disse o presidente do Senado, José Sarney.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) assumiu o cargo nessa terça-feira – após renúncia de Gim Argello (PTB-DF), que se defende de denúncias de ter destinado emendas a institutos-fantasmas – e declarou que buscará assegurar a votação da peça orçamentária até o próximo dia 22.

Sarney também se mostrou favorável às mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que têm como objetivo impedir o repasse de dinheiro

público a entidades privadas para a realização de eventos.

– Todas as emendas dirigidas para entidades particulares devem ser eliminadas. Só têm dado problema ao Congresso – avaliou.

Ministérios

Questionado a respeito do número de pastas destinadas ao PMDB na composição do governo Dilma Rousseff, Sarney se disse satisfeito, mas indicou que o partido talvez merecesse mais ministérios.

– Eu sempre devo achar que o PMDB é tão grande que nunca vou achar que é de bom tamanho. É um partido que tem uma expressão muito grande.

Sessão que analisaria créditos suplementares é cancelada

A pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o presidente do Senado, José Sarney, cancelou a sessão do Congresso marcada para ontem, que votaria 21 projetos de créditos suplementares ao Orçamento de 2010.

Sarney já enviou ofício ao presidente da Câmara, Michel Temer. Nas últimas semanas, a falta de acordo entre os partidos

da base governista e a oposição tem impedido o quórum.

Tendo assumido na terça-feira a relatoria da proposta orçamentária de 2011, em razão da renúncia do relator Gim Argello (PTB-DF), Ideli Salvatti considerou mais sensato pedir o cancelamento da sessão. Não há ainda data prevista para nova reunião.

CMO aprova cinco dos dez relatórios setoriais de 2011

Ministério da Saúde recebe dotação de R\$ 74,25 bilhões. Programas como Bolsa Família, Pronasci e Minha Casa, Minha Vida têm recursos assegurados no Orçamento

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem mais quatro relatórios das áreas setoriais do Orçamento de 2011: justiça e defesa; trabalho, previdência e assistência social; planejamento e desenvolvimento urbano; e saúde.

A comissão reinicia os trabalhos hoje, às 9h, quando deverão ser votados os 31 destaques apresentados na área da saúde, que tem como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Também deverão ser votados os últimos cinco relatórios setoriais: agricultura e desenvolvimento agrário; fazenda, desenvolvimento e turismo; educação, cultura, ciência e tecnologia; integração nacional e meio ambiente; e infraestrutura.

Concluída a votação, os relatórios setoriais passarão a constituir o relatório final da proposta orçamentária, que precisa ser votado pelo Plenário do Congresso Nacional até o próximo dia 22, para que tenha

início o recesso legislativo.

O primeiro relatório a ser aprovado pela CMO foi o de poderes do Estado e representação, na terça-feira, que ficou com R\$ 49,7 bilhões. A maior parcela dos recursos (54%) está reservada ao Judiciário.

O Orçamento para 2011 reserva R\$ 74,25 bilhões ao Ministério da Saúde. A maior parte das despesas ocorre em assistência ambulatorial e hospitalar especializada. Os R\$ 33,84 bilhões previstos nessa programação representam um acréscimo de 7,6% em relação ao autorizado para 2010.

A Comissão de Orçamento aprovou ontem proposta que destina R\$ 16,3 bilhões ao Ministério do Planejamento e R\$ 19,4 bilhões ao Ministério das Cidades, que usará R\$ 12,7 bilhões no programa Minha Casa, Minha Vida e R\$ 5,2 bilhões em ações vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tais como saneamen-

to, assentamentos precários e transportes urbanos.

Pelo relatório setorial aprovado ontem, caberão R\$ 11 bilhões ao Ministério da Justiça e R\$ 62,4 bilhões ao Ministério da Defesa. Boa parte dos recursos (R\$ 2,1 bilhões) será destinada ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).

Na área de trabalho, previdência e assistência social, as despesas decorrentes do aumento do salário mínimo, como abono e seguro-desemprego, além de benefícios previdenciários e assistenciais, estão orçadas em R\$ 323,3 bilhões para 2011. O projeto de lei orçamentária previa salário mínimo de R\$ 538,15, mas o ex-relator-geral do Orçamento, senador Gim Argello (PTB-DF), arredondou a proposta do governo para R\$ 540. Esse valor deverá ser mantido pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que assumiu a função há dois dias.



Comissão Mista de Orçamento retoma hoje, às 9h, as votações dos cinco últimos relatórios setoriais do ano

Insuficiência de recursos causa preocupação a relatores setoriais

A escassez de recursos para atendimento das emendas coletivas (de bancadas e de comissões) e a complexidade das normas sobre o exame do projeto de Orçamento da União pelo Congresso Nacional são queixas comuns aos relatores que cuidam das dez grandes áreas da proposta orçamentária.

Do total de R\$ 23,1 bilhões disponíveis para atendimento do conjunto das emendas, apenas R\$ 1,7 bilhão (7,3%) foi destinado às dez áreas temáticas. Como assinalou o senador Adelmir Santana (DEM-DF) no relatório sobre poderes do Estado e representação, essa quantia representa pouco mais de 13% do montante destinado exclusivamente à relatoria geral (R\$ 12,9 bilhões).

As emendas coletivas na área temática examinada por Adelmir totalizaram R\$ 3,2 bilhões, mas sua margem de ação foi curta para atendê-las: ele só dispunha de R\$ 105,5 milhões.

Com mais recursos – R\$ 1,02 bilhão –, o deputado José Guimarães (PT-CE) também reclamou de dificuldades para atender as emendas coletivas na área de planejamento e desenvolvimento urbano, que totalizaram R\$ 6,76 bilhões. Mas sua maior queixa é quanto ao próprio processo de análise do projeto que fixa as despesas e estima as receitas da União.

Demandas

Também o relator da área de saúde, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), reclamou da escassez de recursos para atendimento das emendas coletivas, pois as demandas eram de R\$ 7,7 bilhões e ele só poderia acolhê-las até o limite de R\$ 822,5 milhões, ou seja, apenas 10,7%.

Com emendas que totalizaram R\$ 9,58 bilhões, o relator da área de justiça e defesa, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), só dispunha de R\$ 119,1 milhões para atendê-las.

Emendas de bancadas têm baixa execução

Depois de todas as dificuldades para entrar no Orçamento da União, as emendas coletivas enfrentam outro problema: é baixo o volume de sua execução. Levantamento analisado em novembro pela CMO revela que, na maioria dos casos, o desejo das bancadas não é levado em conta na execução do Orçamento, a cargo do governo federal. Só as emendas de comissão são executadas.

A bancada do Rio Grande do Norte, por exemplo, colocou no Orçamento de 2010 emendas no total de R\$ 323,4 milhões, mas nenhum centavo foi executado. A bancada do Pará conseguiu R\$ 417,3 milhões, mas somente R\$ 295 mil (menos de 0,1%) foram efetivamente gastos em obras ou serviços previstos na proposta. O Espírito Santo deveria ter sido beneficiado com R\$ 285,5 milhões acrescentados por sua bancada no Orçamento de 2010, mas o total efetivamente gasto foi de apenas R\$ 1,7 milhão, ou 0,6%.

A Comissão de Assuntos Sociais incluiu ontem os retratos de Antônio Carlos Valadares e Patrícia Saboya na galeria de ex-presidentes do colegiado. A cerimônia foi conduzida pela atual presidente, Rosalba Ciarlini. Valadares foi presidente da comissão em 2005 e 2006. Reeito ao Senado, exercerá outro mandato de oito anos. Já Patrícia Saboya, que presidiu a comissão em 2007 e 2008, deixará a Casa para assumir o cargo de deputada estadual no Ceará.



Márcio Kallmeier/Senado Federal

CCJ aumenta proteção de prerrogativas profissionais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem mudanças na lei de abuso de autoridade (Lei 4.898/65) para aumentar a proteção aos profissionais contra atos que violem direitos e garantias legais indispensáveis ao ofício que exercem. A matéria vai ao Plenário do Senado em regime de urgência.

O substitutivo do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) ao PLC 83/08 estende aos conselhos de classe e à Ordem dos Advogados do Brasil o direito de formular, em nome dos profissionais, representação judicial contra uma autoridade que cometa abuso (atualmente exclusividade do Ministério Público). O projeto também aumenta a pena para crimes de abuso contra o exercício profissional: de detenção de dez dias a seis meses ela foi elevada para dois a quatro anos e multa.

Originalmente, o PLC 83/08 alterava apenas o Estatuto do Advogado (Lei 8.906/94) para garantir prerrogativas dessa categoria. Foi rejeitado pelo relator por ferir o princípio constitucional da isonomia.

– A grande fragilidade do projeto está em oferecer proteção exclusiva a uma determinada categoria de profissionais liberais. O caminho mais acertado é o de prestigiar o livre exercício profissional de forma a contemplar todas as categorias – disse Demóstenes.

Décimo terceiro salário para “soldados da borracha” vai à sanção presidencial

Benefício poderá ser integrado à pensão vitalícia a que esses seringueiros já têm direito. O salário poderá ainda ser repassado às pensões recebidas pelos seus dependentes que tenham comprovada condição de carência

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprovou ontem a concessão de 13º salário para os “soldados da borracha” – pessoas recrutadas, durante a 2ª Guerra Mundial, para trabalhar nos seringais da Amazônia como parte do esforço de guerra.

O projeto de lei da Câmara (PLC 173/10) vai agora à sanção presidencial. De acordo com a proposta, o 13º deverá ser integrado à pensão vitalícia a que os soldados da borracha já têm direito – que pode ser transferida aos dependentes que comprovarem estado de carência.

A proposta foi apresentada pelo deputado federal Mauro Nazif (PSB-RO) e relatada por Fátima Cleide (PT-RO).

Barista

Outro projeto (PLS 206/09) aprovado pela CAS, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), regulamenta a profissão de

barista – o especialista em cafés artesanais de alta qualidade.

O texto determina que a profissão só pode ser exercida por quem atender a uma das seguintes exigências: comprovar habilitação em curso oficial ou reconhecido; comprovar habilitação em curso regular ministrado por escola estrangeira, desde que revalidado no Brasil; ou comprovar que exerce a profissão há pelo menos dois anos (na época da publicação da respectiva lei). O senador Renato Casagrande (PSB-ES) foi o relator da matéria, que agora será submetida à Câmara.

Também foi aprovado o PLS 580/07, apresentado pelo senador Neuto De Conto (PMDB-SC), que visa manter a condição de segurado especial da Previdência para aqueles que,

por exemplo, exerçam temporariamente atividade remunerada como membro de administração ou conselho fiscal de cooperativas rurais ou de cooperativas de pescadores artesanais.

O texto, que ainda será votado em turno suplementar antes de ser enviado à análise dos deputados, foi aprovado com modificações. O relator foi o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Comissão também envia à Câmara dos Deputados a regulamentação da profissão de barista

FGTS
Entre projetos que não se restringem a categorias específicas, o PLS 153/06, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), determina que o trabalhador que passar um ano fora do regime do FGTS terá o direito de sacar o saldo da conta vinculada do fundo já no primeiro dia útil após o fim desse prazo, ao contrário do que ocorre hoje.

Trabalhadores de frigoríficos reivindicam jornada diária de trabalho de seis horas



Cristovam Buarque (D) preside audiência da CDH sobre problemas enfrentados pelos empregados do setor

Em campanha para limitar a seis horas diárias a jornada de trabalho dos empregados de frigoríficos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA) sugere projeto que inclua essa redução na legislação trabalhista do país.

Antes do registro formal da proposta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a entidade fez ontem a entrega simbólica do texto ao senador Paulo Paim (PT-RS), no final de audiência pública do colegiado sobre condições de trabalho no setor.

Dados apresentados durante a audiência confirmam elevados níveis de doenças ocupacionais entre trabalhadores de frigoríficos, de lesões por esforços repetitivos a distúrbios psicológicos e mentais.

O presidente da confederação, Artur Bueno de Camargo, explicou que a intenção é buscar apoio das diversas áreas do governo que lidam com a questão da saúde laboral, numa tentativa de demonstrar ao setor empresarial que as alterações previstas na proposta são indispensáveis para salvaguardar a saúde dos trabalhadores dos frigoríficos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

CCJ debate hoje restrições a propaganda de alimentos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, às 10h, debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/07, que inclui alimentos e bebidas não alcoólicas na lista de produtos, práticas e serviços cuja propaganda comercial estará sujeita

a restrições legais. A PEC é do senador Augusto Botelho (sem partido-RR) e já recebeu voto favorável, com emenda, do senador Tião Viana (PT-AC).

Os convidados para esse debate são o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu

Raposo de Mello; o presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), Edmundo Klotz; a presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), Rosana Radominski; e o presidente do Conselho Federal de

Autorregulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert.

A pedido do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a audiência pública para debater o desempenho do BNDES, marcada para ontem, foi transferida para a próxima terça-feira, às 14h30.



Projeto de Flávio Arns fixa em R\$ 500 e R\$ 1,5 mil anuidades dos CROs

Limitadas taxas de conselhos de Odontologia

Projeto do senador Flávio Arns (PSDB-PR) que fixa os valores máximos das anuidades cobradas pelos conselhos regionais de Odontologia (R\$ 500 para pessoas físicas e R\$ 1,5 mil para empresas) foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de ser enviado à Câmara dos Deputados, o PLS 212/10 será votado em turno suplementar pela comissão. Segundo Flávio Arns, há mais de 300 mil profissionais inscritos nos conselhos de odontologia.

O senador argumenta que essas anuidades devem ser instituídas por lei, e não pelos conselhos. De acordo com ele, ao fixar tais limites em lei federal, respeita-se a Constituição e também o Código Tributário Nacional.

Além disso, Flávio Arns lembra que várias ações judiciais vêm questionando a Lei 11.000, de 15 de dezembro de 2004, que autorizou os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas e jurídicas.

O senador ressaltou ainda que seu projeto foi elaborado nos moldes da Lei 12.197, de 14 de janeiro de 2010, que fixa limites para as anuidades cobradas pelos conselhos regionais de Educação Física.

Em seu relatório sobre a matéria, o senador Augusto Botelho (sem partido-RR) recomenda a sua aprovação, mas propõe algumas modificações. A principal delas: o texto do projeto foi inserido na lei que institui o Conselho Federal de Odontologia e os conselhos regionais do setor (Lei 4.324, de 14 de abril de 1964).

Augusto Botelho afirma que esse procedimento é necessário para adequar a proposta às regras de elaboração e alteração de leis.

Regulamentação da clonagem de animais domésticos passa na CCT

Para relator, projeto de iniciativa de Kátia Abreu contribuirá para o avanço da pesquisa no setor, além de trazer segurança à produção comercial de animais clonados. Proposta será submetida ainda a outras três comissões

A REGULAMENTAÇÃO DO manejo de material genético animal e de clones domésticos de interesse zootécnico foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta, que recebeu substitutivo, trata de produção, importação, comercialização, fiscalização e pesquisa.

Segundo o relator, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), a principal diferença do substitutivo, por ele elaborado, com relação ao projeto (PLS 73/07), de autoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), é que, no texto original, a regulamentação incluía todos os animais mamíferos, anfíbios, peixes, répteis e aves.

– Agora só vale para os animais domésticos – explicou o

relator, que chegou ao substitutivo após duas audiências públicas na CCT, com a presença de pesquisadores do Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Cenargen) e da Universidade de São Paulo (USP), bem como representantes do setor pecuário e de órgãos governamentais.

No parecer, Goellner observa que o Brasil já domina a tecnologia de clonagem de mamíferos, em especial bovinos, por meio da Embrapa. Hoje, lembra ele, a empresa, por meio de parcerias, já está produzindo clones em escala comercial e a tendência é o crescimento desse mercado.

– Entendemos que a aprovação do projeto contribuirá para o avanço das pesquisas com

clonagem, não só na área de bovinos, mas também de outras espécies domésticas de interesse zootécnico, como equinos, suínos, ovinos e caprinos, entre outras. Ademais, a regulamentação da proposta trará segurança à produção comercial de animais clonados – afirmou o relator.

Na justificativa do projeto, Kátia Abreu esclarece que um dos objetivos é chamar a atenção para o fato de que o Direito deve estar preparado para organizar o desenvolvimento e o uso da técnica em um futuro próximo. A matéria será analisada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), nesta última em decisão terminativa.



Goellner lembra que a Embrapa já domina tecnologia de clonagem de mamíferos, em especial bovinos

Proposta define material genético animal

O texto aprovado ontem pela CCT traz uma definição de material genético animal. Trata-se do sêmen, do embrião, do ovócito, das células somáticas ou de qualquer outro material capaz de transmitir genes e destinado, exclusivamente, à produção de animais domésticos de interesse zootécnico.

Pelo texto de Goellner, somente o fornecedor, pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado ou cadastrado no órgão competente do poder público federal, poderá produzir material genético animal e clones. O fornecimento desses produtos será permitido mediante controle oficial dos animais doadores para registro de propriedade e de identifica-

ção genética.

Caberá ao fornecedor apresentar as informações sobre qualidade, características e identidade do material genético animal e dos clones fornecidos para pesquisa e produção. Caso permita que se desenvolva um clone com material genético cuja propriedade e origem não tenham sido comprovadas oficialmente, o fornecedor ficará responsável pelos prejuízos causados por fraude, falsificação e apropriação indevida.

Fiscalização

As atividades de inspeção e de fiscalização, estabelece o PLS 73/07, ficarão a cargo do órgão competente do poder público federal, que deve ser informado

pelas instituições de pesquisa sobre a pretensão de realizar atividades de clonagem. O texto determina também que caberá a este órgão manter um banco de dados de acesso público com informações genéticas.

Para coibir infrações, o projeto enumera sanções de advertência, multa, apreensão e destruição do material genético animal. Outras sanções que podem ser aplicadas são: esterilização ou abate dos clones; suspensão do fornecimento de material genético; embargo de atividade; interdição parcial ou total do estabelecimento; suspensão do registro; cancelamento de registro ou de autorização; e perda ou restrição de incentivos fiscais públicos.



Augusto Botelho fez mudanças no projeto de Papaléo Paes

Controle maior para infecção hospitalar

Os serviços de saúde, públicos ou privados, que envolvam riscos médio e alto de infecção poderão ser obrigados a manter programa de controle, segundo substitutivo de Augusto Botelho (sem partido-RR) ao projeto de Papaléo Paes (PSDB-AP), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Augusto explica que, atualmente, apenas os hospitais são obrigados a manter programas de controle de infecções (Lei 9.431/97). Em seu projeto (PLS 124/04), Papaléo sugeria estender essa obrigatoriedade a todos os serviços públicos ou privados de saúde.

Ao mudar o texto original, Augusto Botelho restringe essa exigência aos serviços de saúde de médio e alto riscos de infecção, que deverão manter o Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde (PCIAS).

Na avaliação do relator, o uso da expressão “assistência à saúde” no nome do programa de controle de infecções confere à iniciativa um caráter mais abrangente que o de infecção hospitalar, como consta da legislação em vigor.

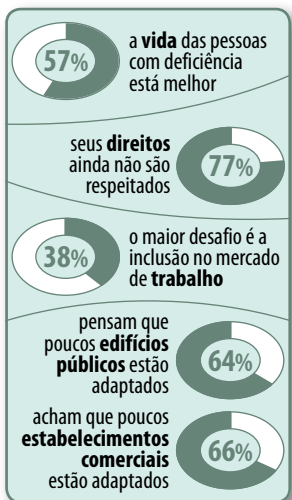
Augusto também condiciona a concessão ou renovação de autorização para o funcionamento de serviço de saúde à aprovação do PCIAS pelo órgão de vigilância sanitária competente.

Pesquisa do DataSenado revela avanços e desafios na inclusão social do setor. Vida melhorou, dizem entrevistados, mas ainda há muito a fazer

Para 77% das pessoas com deficiência, direitos ainda não são respeitados

Cidadania em pauta

O que pensam as pessoas com deficiência sobre sua condição (em %)



Fonte: DataSenado

PESQUISA DO DATASENADO fez um amplo balanço dos avanços e desafios para assegurar a cidadania das pessoas com deficiência, na voz dos próprios interessados. Para 57% dos entrevistados, a vida das pessoas com deficiência está melhor, mas 77% acham que seus direitos ainda não são respeitados no país.

Foram realizadas 1.165 entrevistas, envolvendo pessoas com deficiência física (759), visual (170) e auditiva (236). Essa proporção levou em conta o cadastro do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). Os dados foram coletados entre os dias 28 de outubro e 17 de novembro de 2010. Os resultados têm margem

de erro de 3%.

Para 59%, o preconceito em relação às pessoas com deficiência está diminuindo. Na visão de 38%, o maior desafio ainda é a inclusão no mercado de trabalho. A pesquisa apurou que 55% dos entrevistados realizam algum trabalho remunerado, sendo que 71% estão empregados em empresas privadas, 15% são funcionários públicos e 15% são autônomos.

Mais empregados

As pessoas com deficiência auditiva são as mais empregadas (67%), seguidas por aquelas com deficiência física (54%) e visual (41%). Para 52%, a legislação existente sobre o mercado de trabalho (Lei de Cotas) torna

mais fácil a contratação.

A discriminação no ambiente de trabalho, por outro lado, é apontada como uma realidade, frequente ou pelo menos parcial, por 43% dos entrevistados.

Quando o tema é a educação, 51% das pessoas com deficiência entendem que o próprio adolescente deveria escolher a escola onde estudar. Se pudessem escolher, 69% dos entrevistados optariam por uma classe comum em uma escola regular.

Mas as diferenças entre tipos de deficiência ficaram muito claras: para 77% das pessoas com deficiência física, a classe comum em escola regular seria melhor; mas a escolha muda quando são pessoas com deficiência auditiva (58%) e visual (54%).



Para o senador Cícero Lucena, exigência não eleva custos

Rádios e TVs podem ter fones para deficiente

Os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão poderão ser obrigados a disponibilizar pelo menos 30% das unidades fabricadas com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste independente de volume. A medida visa beneficiar pessoas com deficiência auditiva e consta de proposta aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Para o relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), a exigência não representa elevação de custo ou mesmo desafio tecnológico aos fabricantes de terminais de rádio e televisão.

A CCT também aprovou a realização de audiência pública sobre a necessidade de um novo marco legal para a área de comunicação. Segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o objetivo é discutir projeto da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Audiência pública discute inclusão nas escolas

Como parte das atividades da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debateu ontem os desafios para a inclusão dessas pessoas nas escolas.

Para o senador Flávio Arns (PSDB-PR), o Legislativo tem que viabilizar políticas públicas e orçamento para permitir a inclusão das pessoas com deficiência. Ele destacou a importância do diálogo para que o Plano Nacional de Educação, a ser elaborado no próximo ano, reflita os anseios das pessoas com deficiência.

– Precisamos, em conjunto, encontrar os caminhos. Não



Flávio Arns (E) e os debatedores de ontem defenderam a viabilização de políticas públicas e orçamento para o setor

acharmos que temos as decisões definitivas – assinalou.

O senador José Nery (PSOL-PA) defendeu o aperfeiçoamento da capacitação dos professores para garantir respeito e dignidade, nas escolas, às pessoas com deficiência.

– Creio que debater essas questões é ter sensibilidade suficiente para, no processo de inclusão, observar as diferenças

e dar a elas o tratamento adequado – afirmou.

Representante da Federação das Apaes de Minas Gerais, Alisson Pinto observou que as escolas brasileiras ainda não estão preparadas para lidar com as pessoas com deficiência e disse que, para isso, será necessário mudar a forma de trabalhar.

Para Angélica de Oliveira

Dias, consultora de Educação e Reabilitação da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), a legislação brasileira tem avançado no sentido de buscar a inclusão das pessoas com deficiência, mas não há ainda políticas efetivas para cumprimento dessas leis. Na opinião de Angélica, ainda é utópico falar de inclusão no Brasil.

Fórum debate convenção e políticas públicas

A secretária nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Izabel Maior, cobrou dos parlamentares mais recursos orçamentários para implementar políticas públicas voltadas a esses cidadãos. Ela participou ontem do 6º Fórum Senado Debate Brasil, que neste ano trata da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A ratificação da convenção pelo Brasil, com status de emenda constitucional, representou um fato inédito, ressaltou. Izabel Maior lembrou que o Brasil ratificou também, por meio do Decreto Legislativo 186/08, o “Protocolo Facultativo”, que possibilita à pessoa com deficiência que não tenha seus direitos assegurados fazer uma denúncia à ONU.

Segundo Izabel, o texto da convenção, aprovada em 2006 por 192 países, foi o único a ter a presença efetiva, em sua elaboração, de movimentos sociais, especialmente de pessoas com deficiência originárias de países pobres. Ela participou do processo como representante do governo brasileiro. Cerca de cem países já ratificaram o documento, disse.

Movimentos sociais

Na abertura do encontro, Flávio Arns (PSDB-PR) afirmou concordar com as

ponderações da secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência do estado de São Paulo, Linamara Rizzo, que cobrou adaptações no Plenário para tornar o local acessível às pessoas com deficiência.

O diretor da Secretaria de Coordenação Técnica e Relacionamento Institucional do Senado, Antônio Helder Rebouças, destacou o papel do fórum na desconstrução de paradigmas sobre o tema. Já a professora da Universidade de Brasília (UnB) Débora Diniz Rodrigues apontou a necessidade de alteração em normas para garantir a acessibilidade, a exemplo da lei do passe livre, para transporte coletivo de ônibus, barco ou trem “que é concedido de forma diferenciada pelos estados”.

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Denise Costa Granja, informou que o órgão solicitou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inclusão, no censo populacional de 2010, de questões para identificar a quantidade de pessoas com deficiência no país e os tipos de deficiência. Representante do instituto, a pesquisadora Alicia Bercovich disse que o Brasil é precursor na inclusão no censo de perguntas sobre a deficiência, único tema mandatório por lei no país, desde 1989.



Apresentação do grupo Eu Danço abriu a programação de ontem da 6ª Semana de Valorização

Exemplos de superação na arte e na vida

Palestras sobre reabilitação física e exemplos de superação marcaram o segundo dia da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. As atividades no Salão Negro do Congresso Nacional começaram com a apresentação do grupo Eu Danço, formado por pessoas com deficiência. Logo após, foi a vez de medalhistas paraolímpicos falarem sobre suas atividades como atletas.

O capitão Nelson Leoni, que integrou a Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, afastado de suas funções depois de ser ferido em combate, fez uma palestra sobre sua experiência.

Andrea Schwarz e Jaques Haber fala-

ram sobre o processo de adaptação das pessoas com deficiência para atividades profissionais. Ambos são consultores em Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.

Para o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, ações como a 6ª Semana “visam acolher e proporcionar melhores condições de vida para os portadores de necessidades especiais”. Ele informou que o Senado firmou parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie), para contratar oito portadores de necessidades especiais para executarem serviços de higienização das obras da biblioteca.